



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS





# MPE já moveu 36 Ações contra a SES e a FHS

Muitas dessas já foram acatadas pela justiça que emite liminares para o cumprimento das adequações em curto período

A situação de precariedade na saúde pública do Estado de Sergipe faz com que, o Ministério Público Estadual (MPE) realize, quase que diariamente, audiências com representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). São questões que são levadas ao conhecimento da promotora de justiça, Euza Missano, através da população, entidades sindicais, movimentos sociais ou descobertas através de vistorias do MPE em unidades de saúde.

As audiências visam sanar o problema de forma rápida através de acordos a serem cumpridos em prazos determinados pelo promotor ou por Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Só que, muitas vezes a SES e a FHS não cumprem os prazos dados ou os TACs firmados, o que obriga ao MPE entrar com Ações Cíveis Públicas (ACP), pedindo à justiça que determine essas entidades que corrijam os problemas encontrados.

Hoje existem 36 Ações Cíveis Públicas Contra a SES e a FHS, sendo que muitas já foram acatadas pela justiça que emite liminares para o cumprimento das adequações em curto período, com multas diárias no caso do descumprimento. Só que muitas dessas liminares também estão sendo descumpridas pelos entes citados, conforme expõe a promotora titular da Promotoria da Saúde, Euza Missano.

Ela explicou que devido a tantos descumprimentos judiciais, os Ministérios Públicos, Estadual e Federal, recomendaram inclusive uma intervenção federal na saúde do Estado, para que o Ministério da Saúde pudesse organizar o setor e garantir uma melhor assistência à população. A promotora lembra que no início da semana passada uma nova Ação foi movida contra a SES e a FHS, desta vez referente ao descumprimento de um TAC assinado em abril deste ano, voltado para as inadequações no sistema de pre-



## AUDIÊNCIAS VISAM SANAR O PROBLEMA DE FORMA RÁPIDA ATRAVÉS DE ACORDOS A SEREM CUMPRIDOS EM PRAZOS

venção de incêndio e pânico.

“Houve um TAC para solucionar os problemas apontados pelo Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Infelizmente, no prazo que foi estabelecido pelo MPE, não houve o cumprimento, continuando com os mesmos problemas. São questões que temos como graves, pois a ausência de extintores, falta de detectores de fumaça, luzes de emergência, no maior hospital público do Estado e que vive sempre em superlotação, é algo muito preocupante”, declarou.

A promotora lembra que a grande maioria das ações movidas em face da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Hospitalar de Saúde diz respeito, integralmente, a assistência ao usuário, dentro do padrão mínimo que é estabelecido pelo Ministério da Saúde, ou seja, nada que o MPE pede ao Poder Judiciário está além daquilo que é preconizado pelo Ministério da Saúde. “Então se nem aquilo que é preconizado pelo Ministério da Saúde, que é o mínimo, está sendo cumprido, o Ministério Público tem que agir”, afirmou. A promotora salienta que no caso da assistência, são dois os fatores que mais causam problemas na rede: a superlotação do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e a questão de problemas de gerenciamento por parte do Estado e da Fundação.

Descumprimento judicial

Ela expôs que o descumprimento de liminares por parte do Estado é algo também preocupante, porque tira a credibilidade da população na harmonia entre os poderes. “A grande preocupação é que nós estamos em um Estado democrático de direito, as decisões liminares e judiciais definitivas devem ser atendidas. Infelizmente, o que

nós estamos observando é que muitas das liminares não vêm sendo cumpridas. Quando há o descumprimento de uma ordem judicial faz com que a população fique desacreditada com a situação de harmonia entre os poderes. Quando o judiciário proclama a decisão, ela pode ser recorrida, de acordo com os trâmites estabelecidos, mas na verdade, quando ocorre o descumprimento há um desrespeito à ordem judicial. Foi isso que levou o Ministério Público a denunciar junto ao Ministério da Saúde”, destacou Euza Missano.

Para não prejudicar mais ainda a população e fazer com que ela sofra penas em dobro,

o MPE sempre direciona as multas pedidas nas ACPs aos gestores responsáveis pela pasta. “A população já é penalizada por não ter o serviço e passará a ser penalizada duas vezes se essa multa foi passada para o erário, pois nós constituímos esse dinheiro com o pagamento de nossos impostos. Isso tem sido feito, e os juízes tem acatado os procedimentos, só que o MPE só pode executar a multa através do trânsito em julgado das decisões, após não haver mais recurso daquela decisão judicial. Então isso leva tempo, pois teremos que seguir todos os trâmites do processo. Infelizmente o MPE não consegue entregar a sociedade, na velocidade que ela precisa, o seu direito”, lamenta.

### • Gestores acessíveis

Apesar de todas as dificuldades para a solução dos problemas, a promotora deixa claro que os gestores que estão hoje a frente da Fundação, SES, e unidades de saúde estão bem mais interessados em resolver os problemas junto com o MPE. “Hoje estamos com gestores muito bons. Nós temos um ótimo relacionamento tanto com os que administram a pasta estadual de saúde, como a municipal, a FHS e das unidades de saúde também. Nós não temos entraves nas tratativas e discussões. Acho que nunca tivemos tão bem em termos de tratativas. Infelizmente o MPE oferece a opção de um Termo



de Ajustamento de Conduta, mas se não é possível ser feito, não há alternativa ao MPE, se não ajuizar Ação Civil Pública”, completou.

### • SES/FHS

A Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Hospitalar de Saúde esclarecem que não há nenhuma resistência no cumprimento das Ações Cíveis Públicas. Várias medidas vêm sendo adotadas no sentido de que as determinações sejam executadas. O Ministério Público do Estado tem conhecimento de todas essas medidas, já que as mesmas são informadas por ofício pelo setor jurídico.

A Secretaria reforça ainda que muitas Ações já foram cumpridas, a exemplo de leitos neonatais que foram contratados antes mesmo do deferimento da liminar. Quanto à nutrição parenteral a neonatos na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, a decisão vem sendo cumprida integralmente, sendo garantido o fornecimento de forma regular, não havendo qualquer suspensão ou interrupção do serviço, sendo seguidas às especificações técnicas necessárias do composto nutricional adequado aos neonatos.

Quanto à Ação de Radioterapia, várias ações podem ser contabilizadas no sentido de atender o MPE, a exemplo da implantação do sistema 3D que está em fase final, devendo começar a funcionar até o final de setembro e que vai permitir um tratamento mais moderno aos pacientes da Oncologia do Hospital João Alves. Recentemente, entrou em atividade a nova sala no Centro Cirúrgico direcionada para as cirurgias oncológicas, aprimorando as condições de atendimento e de trabalho aos pacientes e profissionais. A proposta é reduzir a demanda e organizar o fluxo das cirurgias oncológicas. Além da nova sala cirúrgica para o Centro de Oncologia do HGJAF e do sistema 3D no equipamento de radioterapia, há um novo acelerador linear previsto para chegar. O equipamento que chegará ao João Alves faz parte do Programa de Expansão da Radioterapia do Ministério da Saúde. Sergipe

foi um dos Estados contemplados com 1 dos 80 equipamentos que serão distribuídos em todo o país. Para isso, a Secretaria de Estado da Saúde já fez a tarefa de casa: enviou os projetos e disponibilizou a área para o equipamento. Quanto à licitação, compra, contratação de empresa para realização da obra, estas são etapas a serem realizadas pelo Ministério da Saúde.

Já à ortopedia, as ações não só acabaram com a longa fila de espera, como desafogaram a demanda cirúrgica ortopédica do HGJAF. O serviço foi descentralizado, com regulação feita pelo Hospital João Alves. Em Socorro, por exemplo, são realizadas cerca de 150 cirurgias ortopédicas por mês; em Lagarto, foram mais de 500 este ano. Além dessas unidades, temos ainda a realização de cirurgias ortopédicas em Itabaiana e Estância, além das de alta complexidade que continuam sendo realizadas no HGJAF

Quanto ao transporte inter-hospitalar, a Ação vem sendo cumprida de forma integral. O Governo do Estado, inclusive, foi mais além, criando um serviço inovador, entregando à população, no início de junho, o Serviço de Remoção Inter-hospitalar Assistida que conta com 10 ambulâncias equipadas com o mesmo padrão das Unidades de Suporte Básico (USB) do Samu, bem como com 80 profissionais. O serviço realiza a transferência de pacientes entre unidades da rede hospitalar para realização de procedimentos ou para leitos de retaguarda. Nos três primeiros meses foram feitas 2.352 remoções, sendo 74,9% por demandas assistenciais de transferências. Além disso, o Hospital João Alves passou a integrar o Programa SOS Emergências do Governo Federal que viabiliza medidas para reduzir a superlotação. Paralelo a isso, o Governo tem avançado e muito no sentido de ampliar serviços e leitos na rede hospitalar do Estado, a exemplo de Estância que abriu 30 leitos de Clínica Médica em julho, 20 novos leitos pediátricos que começam a funcionar na segunda-feira, além do trabalho na adequa-

ção final para fazer funcionar o centro cirúrgico que vai abrir 30 novos leitos, ou seja, serão 80 novos com a conclusão. O funcionamento das unidades em rede e a realização de cirurgias descentralizadas reduzem também a questão do SRPA, já que os pacientes podem ser operados em outras unidades e também utilizar os leitos de retaguarda dessas unidades. Outro avanço é o andamento das obras de UTI do HUSE que estão em fase final e que centralizarão todos os leitos de tratamento intensivo adulto e pediátrico, promovendo melhoria na assistência. Com a entrega da UTI, será concluído também a obra do Laboratório, que consta em outra Ação.

E tem outras Ações que já foram cumpridas, a exemplo da que pede nulidade de contratações de pessoas jurídicas para atividade fim. Neste caso, todos os contratos com empresas para contratação de mão-de-obra médica foram extintos pela FHS, com exceção do contrato com a Cooperativa de Anestesiologistas do Estado de Sergipe.

Quanto à medicamentos oncológicos, a Secretaria e Fundação vem avançando não só no abastecimento dos itens, como no abastecimento por um período mais prolongado, inclusive com a reorganização da farmácia da oncologia.

Há ainda a Ação sobre transplantes renais, na qual a Secretaria garante que não há desassistência e que o serviço de Tratamento Fora de Domicílio possibilita a realização de tratamentos e procedimentos que não são ofer-

tados no Estado. Já a parte de ambulatório responsável por realizar o acompanhamento pré e pós-transplantes é do Hospital São Lucas, centro transplantador, contratado junto ao Município de Aracaju.

### • Usuários

O conjunto de ações implantadas pela SES, em parceria com a FHS, para aprimorar a qualidade no atendimento no HGJAF, vem refletindo na satisfação dos usuários, dos profissionais e da sociedade sergipana e reconhecida, inclusive, pelo próprio Ministério Público do Estado. No último dia 20 de agosto, em audiência, a promotora de Direitos à Saúde, Euza Missano, fez um reconhecimento público ao trabalho desenvolvido pela atual gestão, frente aos avanços já notórios dentro do maior hospital público de Sergipe.

Segundo ela, “foi observada que houve uma melhoria significativa na assistência e na ambiência das alas Verde e Azul. No Pronto Socorro, as pessoas estavam em uma situação melhor, bem distribuídas e com a mais adequada assistência. Isso foi atestado também pela Vigilância Sanitária, através de uma nova inspeção. Melhorou não só a questão relacionada ao atendimento como também a aquisição de insumos e materiais que são necessários na parte sanitária”.

Além dos avanços nos processos de trabalho, em termo de audiência pública, a promotora enalteceu que “notadamente, houve uma evolução na área de enfermagem, proporcionando alteração no quadro anterior da assistência, melhorando as condições sanitárias do ambiente”.

A Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação Hospitalar de Saúde reforçam a informação de que não há nenhum impedimento no cumprimento dessas ações e que vêm adotando medidas e informando o andamento de todas elas.

“

Infelizmente, muitas liminares não vêm sendo cumpridas”

**Euza Missano**  
Promotora de Justiça